



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS/UNEAL  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO/PROGRAD  
PROGRAMA DE LICENCIATURA INTERCULTURAL  
INDÍGENA DE ALAGOAS/PROLIND  
CURSO DE LICENCIATURA INDÍGENA DE ALAGOAS/  
CLIND-AL**



**CURSO DE LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA EM**

**HISTÓRIA**

**LUCIETE DE SOUZA FERREIRA**

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA EM ALAGOAS:  
UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA EM CONTEXTOS DIFERENCIADOS.**

**PALMEIRA DOS ÍNDIOS-AL**

**2015**

# HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA EM ALAGOAS: UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA EM CONTEXTOS DIFERENCIADOS

FERREIRA, Luciete de Souza<sup>1</sup>

SILVA, Iraci Nobre da<sup>2</sup>

## RESUMO

Este estudo, permeado por seu objetivo geral, apresenta um breve histórico da educação superior indígena no Brasil e particularmente em Alagoas. Delimitado por seus objetivos específicos, valoriza a diversidade sociocultural e suas ramificações a partir de contextos diferenciados. Identificam as bases legais que dá suporte a educação escolar e ao ensino superior para indígenas. Explora a importância de uma construção coletiva e articulada com a sociedade em estudo, destacando a complexidade do sistema. Diante do processo, enfatiza a atuação do professor indígena e o acesso à universidade. Apresenta a proposta multiculturalista sob o ponto de vista de alguns autores como forma de esclarecer diferentes concepções sobre o termo. A metodologia utilizada para que o estudo fosse realizado foi a pesquisa bibliográfica embasada por referenciais produzidos pelo MEC/ SECADI, os Parâmetros Curriculares para as escolas indígenas, Produções do CINEP, a Legislação brasileira e outros documentos deram suporte ao trabalho. Com o estudo realizado, verificou-se que a história da educação superior indígena em Alagoas é um processo contínuo de lutas em que todos os envolvidos devem estar aptos para interagir com outros na perspectiva de transformação social, justa e igualitária que fortalece a organização e articulação dos povos no processo de (re) construção sociocultural, histórico e político da educação no Brasil.

**PALAVRAS CHAVE:** Educação. indígena. Interculturalidade. Superior.

---

<sup>1</sup> Luciete de Souza Ferreira graduada em normal superior, pós-Graduada em Gestão do Trabalho pedagógico e graduanda em História- Curso de licenciatura Indígena da Universidade estadual de Alagoas-UNEAL

<sup>2</sup> Iraci Nobre da Silva professora possui mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (2001). Atualmente é professora assistente da Universidade Estadual de Alagoas. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa. Ministra as disciplinas de Leitura e Produção textual, Linguística Aplicada, Sintaxe e Semântica.

## **ABSTRAC**

This study is permeable for your general object, present a short historic of the Indian degree course in Brazil and particular in Alagoas. Delimit for yours specifics objectives and valorize sociocultural diversity and yours branch from different contexts. Indentify the legal ground that give support the Indian school, education and degree course for the Indians. Discover importance the collective construction and articulate with the society in study detaching complexity of the society in study, detaching complexity of the system. Against of the process, to emphasize interaction of the Indian teacher and the access in university. Introduce the multiculturalists' suggestion below the point of view some others as form solve different conception above the term. The methodology utilized from the study was realized was the search bibliographic ground for references produce by MEC/SECADI, the curriculum parameters of the Indians schools. Producers of the CINEP the Brazilian legislation and others documents they gave support of the work. As the study realized it was found that the history of the Indian education degree course in Alagoas It's a process continuous of fight in that all involved they should be able from interact with others in perspective of the social transformation, joust and equal that fortify the organization and articulation of the peoples in process of the construction, historic an political education in Brazil.

**KEYWORDS:** Education. Indian. Interculturalidade. Degree.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo trata da formação superior para professores indígenas em Alagoas. Esse processo perpassa por diferentes realidades, destacando entre elas o significado e a prática de educação escolar indígena, vivenciada nas comunidades e a exigência da sociedade pela formação em nível superior para atuação dos professores índios no novo cenário educacional. Convém destacar que todas as sociedades elaboram formas diversas de socialização que proporcionam a sua dimensão por meio de conhecimentos capazes de estruturar fundamentos ontológicos que dão suporte aos processos políticos, econômicos, religiosos, filosóficos e míticos. Este estudo tem como objetivo tecer uma breve historicidade da educação superior para os povos indígenas de Alagoas, a partir de uma busca coletiva e contínua, em parceria com os aliados não índios que apoiam a participação e inclusão da diversidade étnica no processo educacional do país, para a construção em contextos diferenciados, partindo do princípio de igualdade, embasado na Constituição Federal de 1988.

Quanto à natureza, esta pesquisa é de cunho bibliográfico e tem como instrumento basilar, os postulados dos teóricos, a saber: Luciano (2010); Grupioni (2002/05/06); Garnelo e Pontes (2012); Silva e Mello, a partir do projeto de extensão Diversidade na UNEAL (2009); Constituição Federal (1988); LDB Lei 9394 (1996); entre outros documentos. Teorizando as concepções que definem os fundamentos e princípios educacionais de caráter sociocultural. Busca-se argumentação a partir destes referenciais, visto que abordam questões alusentes à formação adequada e progressiva dos povos indígenas como requisito essencial para superação dos limites de uma demanda concreta com relação à qualificação docente. Um dos documentos mais importantes que constituem esta produção é a LDBEN, Lei N° 9394/96 que reforça a Legislação educacional disposta na Constituição Federal de 1988 no artigo 205. Torna-se urgente assegurar a formação de professores em nível superior para o exercício da docência nas escolas indígenas. Diagnosticada uma demanda 76 professores, existente na SEE do estado de Alagoas, na GEEIND, órgão responsável pelas questões indígenas. Atualmente extinto, o que demonstra a luta dos povos indígenas deste estado, com vista à necessidade de qualificar profissionais que possam exercer, de forma articulada: o ensino, a pesquisa e a extensão, como

aspectos mediadores das relações teoria-prática, na perspectiva da preservação de uma educação intercultural. Neste contexto, a proposta de criação do curso de licenciatura indígena tem como base o que dispõe o Art. 78, inciso II da LDB e a Resolução do Conselho Nacional de Educação.

Convém destacar o que dispõe a LDB, Lei 9394/96, Título VIII- Das Disposições Gerais:

Art. 78, Inciso II: Garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não índias.

Art. 79: a união apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

É atribuição do sistema estadual de educação, apoiados pela união, dar suporte à formação dos professores indígenas, ofertando uma educação escolar diferenciada, de acordo com os referenciais curriculares. Com esta finalidade, “a Resolução nº3/99, determina que os professores tenham uma formação específica para a educação intercultural e bilíngue. [...] A ênfase está no desenvolvimento de competências profissionais entre os professores que sejam referenciadas em conhecimentos, valores, atitudes, habilidades relevantes para as comunidades num determinado momento histórico.[...] (Referenciais para a formação de professores indígenas, p.15, 2005). Propiciando a formação inicial e continuada desses profissionais. De acordo com este documento, quatro vertentes principais de ações e iniciativas são contempladas e dão sustentabilidade a esse contexto:

- ✓ Criação, implantação, implementação, funcionamento e regularização das escolas indígenas no estado.
- ✓ Plano de atendimento às escolas indígenas.
- ✓ Formulação e implantação de um programa de formação de professores indígenas.
- ✓ Regularização da situação profissional dos professores indígenas.

Por esta razão é fundamental que o estado concretize por meio de programas, projetos, metas e ações os preceitos existentes na Legislação com relação aos direitos dos índios quanto à educação específica, diferenciada e de qualidade.

Dentre os muitos obstáculos impostos pela sociedade, a inclusão das escolas indígenas no sistema educacional brasileiro, de fato, garantindo direitos de igualdade, ainda é um grande desafio. O que pode ser possível com a luta constante dos povos indígenas e a articulação dos sistemas de ensino estaduais, por meio de seus gestores e comunidades atuantes. É perceptível que a maioria das secretarias estaduais tem realizado ações fragmentadas de capacitações, o que não resolve a carência que as escolas indígenas apresentam, nos mais diversos aspectos. Tais ações são de grande importância, contudo representam muito pouco diante das necessidades e dificuldades com as quais os povos indígenas ainda convivem. O Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, iniciativa do governo federal representa um avanço significativo na história dos povos indígenas no Brasil, de modo específico em Alagoas.

## **BREVE HISTORICIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA**

O estado brasileiro tem como desafio criar e implementar políticas de formação específicas para atender as necessidades crescentes nas terras indígenas.”

“A essas demandas somam-se atualmente as reivindicações por oferta de cursos em nível superior, para formar professoras e professores indígenas com propostas pedagógicas interculturais, em que os saberes próprios das culturas dos distintos povos possam dialogar com os saberes de outras culturas, quer sejam indígenas ou não. (Saúde Indígena, p.250)

À luz de uma perspectiva histórica, várias pesquisas relacionadas à construção social do conhecimento, marcaram o início de uma série de mudanças nas relações tradicionais dos processos de aprendizagem do ensino superior para diversidades étnico-raciais. Durante muito tempo, no campo das políticas públicas de educação, anterior à promulgação da Constituição Federal de 1988, a inserção de indígenas no ensino superior era bastante limitada, principalmente em Alagoas, estado onde se encontra uma população de aproximadamente 14.509 habitantes indígenas; de acordo com o censo do IBGE de 2010; na Região Nordeste. Em virtude desta desigualdade social, constata-se que para o fortalecimento das lutas de resistência dos povos desta região, é imprescindível o investimento nas políticas públicas de educação que darão subsídio ao processo político-pedagógico, articulado entre a escola e a comunidade, a partir da democratização do acesso ao conhecimento científico.

Assim, a concepção de ensino superior tem suas raízes no processo histórico de luta dos povos pela inclusão da diversidade no sistema educacional brasileiro.

Dessa forma, o acesso ao conhecimento e a garantia do direito à formação superior para os indígenas de Alagoas fazem parte dessa luta. Esta inserção, hoje, manifesta-se como uma realidade concreta, embora com grandes dificuldades, muitas vezes sem as devidas condições para o funcionamento ideal. Os problemas vivenciados pelo povo, considerado “minorias”, são retratados desde a luta pela terra e pela identidade cultural. Estes pontos são evidentes nas comunidades indígenas, em suas lutas e determinações. Entende-se, portanto, que buscar alternativas contextualizadas, que contemplem os anseios desses povos são importantes contribuições para alavancar um processo mais amplo de transformação social.

Destarte, a implantação do ensino superior na universidade pública estadual para índios em Alagoas tem uma relevância incomensurável, sobretudo por se inserir no contexto de (re) construção de um modelo de desenvolvimento para os sujeitos coletivos que desejam ampliar suas experiências de formação humana, o que emerge das contradições históricas e das práticas socioculturais nas políticas públicas de educação para os povos indígenas do Brasil. Este desafio concebe e desenvolve uma formação superior, favorecendo e promovendo simultaneamente a transformação e a autotransformação humana num ambiente plural de ideias, em que o processo formativo está intrinsecamente vinculado a um conjunto de atividades culturais e ideológicas de um grupo. É nesse contexto em que se inserem as universidades em parceria com os povos indígenas.

As organizações políticas e culturais dos indígenas veem na formação superior adquirida em parceria com as universidades como fator enriquecedor do conhecimento, para a compreensão do funcionamento da sociedade e os mecanismos de dominação ou subordinação que caracterizam o complexo sistema de relações e mediações que constituem o processo de desenvolvimento social de um povo. O ingresso dos povos indígenas na universidade significa um caminho para o fortalecimento efetivo dessa diversidade e das lutas principais no seio da constituição histórica dos movimentos de resistência a qualquer tipo de subserviência e dominação. Nesse contexto, é pertinente remeter o que afirma a Constituição Federal de 1988, já mencionada. Apontam-se aqui as leis como: a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da

Educação, N°9394/96) e o PNE (Plano Nacional de Educação, Lei N° 10.172 de 9 de janeiro de 2001). Estas leis abordam o direito a uma educação diferenciada que valorizem os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas, estabelecendo metas para formação e atuação de índios como docentes em suas próprias comunidades. Nesta perspectiva, o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas de 1998, contempla:

[...] os princípios contidos nas leis dão abertura para a construção de uma nova escola, que respeite o desejo dos povos indígenas por uma educação que valorize suas práticas culturais e lhes dê acesso a conhecimentos e práticas de outros grupos e sociedades [...] (RCNEI, p.34).

Esse instrumento legal que leva o ensino superior à política de estado, não só possibilita a inserção de índios em cursos superiores, específicos e diferenciados, mas também define que a identidade desses povos não se restrinja apenas a partir de sua localização geográfica, e sim nos espaços de produção social em que os diferentes grupos, em seus aspectos principais passam a socializar o conjunto de princípios e tradições que cultivam e orientam suas práticas educativas, numa perspectiva de relacionar a formação acadêmica com a vida na comunidade: saberes naturais e saberes acadêmicos. Diante deste argumento, compreende-se ainda, a universidade como um espaço de novos horizontes e possibilidades para qualificar a vida desses profissionais, podendo ser também protagonistas, na criação das condições para a promoção do desenvolvimento das comunidades indígenas, nos aspectos sociopolíticos e econômicos do país.

Nesse sentido, Molina e Sá em entrevista cedida a revista *Presença Pedagógica* destacam: “surge daí um grande potencial de dimensões formativas que foram separadas pela cultura fragmentada e individualista do capital”. (2008, p. 42). Na realidade, além de contribuir para a construção da autonomia dos estudantes no âmbito universitário, a formação superior propiciará o desenvolvimento do espírito crítico necessário à compreensão dimensional histórica dos contextos diferenciados com a produção do conhecimento universalizado. Assim, torna-se possível conceber e transmitir conhecimentos e valores na construção de novas relações sociais, ressignificando a compreensão sobre ensino superior para índios, possibilitando-lhes maior protagonismo e autonomia diante de uma sociedade capitalista e preconceituosa.



## **EDUCAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA EM ALAGOAS: UMA GRANDE REALIDADE**

O Estado Brasileiro possui uma enorme e histórica dívida para com a escolarização do seu povo. Muitas ainda são as carências e debilidades em relação à oferta escolar no país, aspectos que persistem desde o princípio da formação social brasileira, pautada em bases colonialistas.

A questão da formação de professores sempre se constituiu em um dos mais sérios gargalos no processo da educação escolar brasileira, independentemente de se voltar a um ou outro segmento social. Contudo, em relação à modalidade da educação escolar indígena, notadamente a formação de professores, o Estado Brasileiro ainda vive experiências, timidamente, no processo de construção.

A formação de professores indígenas é hoje um dos principais desafios para a consolidação de uma Educação Escolar Indígena, pautada nos princípios da diferença, da especificidade, da interculturalidade em Alagoas.

Pode-se dizer que o que antes era um sonho, uma bandeira de luta dos povos indígenas de Alagoas hoje se materializa como uma grande realidade. Fazer uma abordagem sobre a temática da educação superior indígena remate à necessidade de refletir sobre o multiculturalismo, que, do ponto de vista de Gonsalves e Silva (2000), consiste em:

[...] um movimento de ideias que resulta de um tipo de consciência coletiva, para a qual as orientações do agir humano se oporiam a toda forma de 'centrismos' culturais, ou seja, de etnocentrismo. Em outros termos, seu ponto de partida é a pluralidade de experiências culturais, que moldam as interações sociais por inteiro. (p.14)

Essa pluralidade de culturas resultantes das vivências, de experiências adquiridas, da participação coletiva dos sujeitos em ambientes diferenciados evidenciam a diversidade e manifestações culturais que hoje se marcam presença nos espaços das universidades. Para os autores mencionados, a escola é um espaço privilegiado porque “a transmissão do conhecimento nas sociedades modernas conta com o poderoso suporte dos sistemas educacionais e, a educação, qualquer que seja ela, está integralmente centrada na cultura”. (p.16) Para Moreira, (2001)

multiculturalismo representa [...]” uma condição inescapável do mundo ocidental, à qual se pode responder de diferentes formas, mas não se pode ignorar”. A pluralidade cultural, normalmente, é representada pelos grupos marginalizados social e culturalmente que lutam em busca da conquista da cidadania. Na perspectiva de Candau (2002): “são as lutas dos grupos sociais discriminados e excluídos de uma cidadania plena, os movimentos sociais, especialmente os referidos às questões identitárias, que constituem o lócus de produção do multiculturalismo”.

A história dos povos indígenas é marcada, sobretudo pela exploração desmedida como se pode ver nos postulados de Oliveira & Freire (2006, p.38):

Nas primeiras décadas do séc. XVI, circularam pela costa brasileira traficantes de mercadorias europeus e comerciantes portugueses. Tais desbravadores tinham por objetivo estabelecer relações de escambo com índios do litoral, trocando mercadorias e quinquilharia por uma madeira corante valorizada na Europa, o pau-brasil. O comércio intenso dessa madeira devastou muitas áreas do litoral brasileiro. Os índios cortavam e transportavam a madeira até uma feitoria, onde era trocada por artigos diversos e ficava estocada até a chegada das embarcações de carga. Milhares de toras de pau-brasil foram transportados para Portugal pelos comerciantes que se instalaram no Brasil a partir de 1502.

O ideário do colonizador dizimou povos, transformou hábitos, incutiu uma nova língua e religião, explorou, segregou os povos indígenas brasileiros, como se observa o resultado que apresenta a realidade atual. No que se refere à educação, quando os povos indígenas tiveram acesso, o modelo de ensino adotado também foi o do branco. Negavam-se, intencionalmente, as singularidades da cultura indígena.

São grandes as lutas históricas de grupos indígenas e aliados não índios, por uma educação específica e diferenciada. O programa de licenciatura intercultural para povos indígenas que se efetiva no Brasil, com seu currículo diferenciado para atender as especificidades de cada povo, constitui fruto da luta histórica de resistência e de luta pela garantia de direitos. Na contramão do que foi feito secularmente, o programa propõe uma força centrífuga, com uma formação inicial de professores a partir das singularidades dos povos indígenas, em seus diversos aldeamentos com seus costumes e valores específicos. O PROLIND Programa de Licenciatura Intercultural é um programa realizado pelo MEC numa iniciativa conjunta com SECADI / SESU, abraçada pela UNEAL e por várias Instituições de Ensino Superior.

O acesso à Educação como bem universal que se configura como elemento de transformação do ser humano é um direito assegurado a todos os indivíduos. Partindo desse princípio, a Universidade Estadual de Alagoas/UNEAL oferta cursos de Licenciatura Intercultural Indígena de Alagoas/ CLIND-AL para os professores que atuam nas escolas indígenas de Alagoas, visando à formação desses sujeitos na modalidade de Ensino Superior.

Dentro do princípio da gestão democrática, a educação brasileira tem se ocupado com a ampliação do atendimento escolar às populações indígenas. Nessa perspectiva, a UNEAL, em atenção ao edital Nº3 - SECAD/ MEC, de 24 de junho de 2008, oferta 80 vagas nos cursos de Licenciatura Intercultural Indígena em Pedagogia; em Ciências Sociais; em Língua, Artes e Literatura; e em e Ciências Naturais, com a finalidade de graduar professores que já atuam nas escolas indígenas e possibilitar, assim, o desenvolvimento desses sujeitos, pautado nos três pilares de sustentação do fazer acadêmico: o ensino, a pesquisa e a extensão. Assegura-se, dessa forma, o respeito à interculturalidade, ao multiculturalismo e à etnicidade, embasados no Decreto Presidencial 26/91 e no Plano Estadual de Educação, visando assegurar a qualidade na oferta da educação escolar para os povos indígenas.

Assim como estabelece a Meta 17 do PNE: “Formar, em dois anos, um plano para a implementação de programas especiais para a formação de professores indígenas em nível superior, através da colaboração das universidades e de instituição de nível equivalente”.

A pressão dos movimentos indígenas, a ruptura na legislação e a mobilização da sociedade civil organizada criaram, portanto, as condições para uma nova prática escolar, desta feita, entendida como instrumento de defesa e afirmação dos interesses dos povos indígenas.

A luta pela terra e a afirmação étnica têm levado ao estabelecimento de políticas públicas que, entre outras coisas, buscam redirecionar a orientação ideológica do Estado para com os povos indígenas, imprimindo novos conceitos e novas práticas no relacionamento com essas sociedades. Observa-se, no campo educacional, que as escolas indígenas passaram a ser vistas através da perspectiva de uma educação escolar diferenciada, específica e intercultural.

No Brasil, tal realidade assume características desafiantes, especialmente se considerada a multiplicidade étnica e a baixa concentração demográfica, ingredientes historicamente utilizados para justificar a não implementação de políticas específicas e diferenciadas para os povos indígenas.

Apesar de tantas evidências quanto à necessidade de formação docente, as iniciativas desenvolvidas no Brasil ainda carecem de implementação de programas que contemplem conteúdos curriculares, metodologias de ensino, materiais didáticos, etc., adequados aos interesses das comunidades indígenas. O Curso de Licenciatura Intercultural Indígena de Alagoas/ CLIND-AL foi implementado a partir desse entendimento, buscando atender às demandas educacionais, por meio de projetos específicos e diferenciados, elaborados, implementados e avaliados por todos os segmentos envolvidos com a educação escolar indígena. A oferta de cursos superiores específicos para professores indígenas representa a possibilidade de atendimento adequado e a continuidade do processo de formação desses profissionais. O curso integra o tripé: ensino, pesquisa e extensão, promovendo a valorização de estudo de temas indígenas relevantes, tais como: língua materna, gestão e sustentabilidade dos territórios e preservação das culturas dos povos indígenas, possibilitando a oferta da educação básica intercultural nas escolas indígenas. Promove, ainda, a capacitação política dos professores indígenas como agentes interculturais na promoção e realização dos projetos das comunidades indígenas alagoanas.

Os oitenta graduandos indígenas que ingressaram no ensino superior por meio do curso específico oferecido pelo PROLIND – CLIND, através da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) pertencem a sete etnias do estado de Alagoas na Região Nordeste, conforme se vê na tabela que segue:

O edital de convocação para o Processo Seletivo foi lançado no Diário Oficial de Alagoas, no qual se encontram as informações sobre o referido processo. O resultado foi publicado no D.O.E de Alagoas. Foram 113 candidatos inscritos para as 80 vagas ofertadas.

Os candidatos aprovados no Processo Seletivo do PROLIND/Alagoas pertencem às cidades, etnias e comunidades indígenas apresentadas no quadro a seguir:

<b>CIDADES</b>	<b>ETNIAS</b>	<b>COMUNIDADES INDÍGENAS</b>
<b>Palmeira dos Índios</b>	Xucuru Kariri	Mata da Cafurna
		Fazenda Canto
		Boqueirão
		Serra do Capela
		Serra do Amaro
<b>Feira Grande</b>	Tingui Boto	Tingui Boto
<b>São Sebastião</b>	KarapotoPlak-o	KarapotoPlak-o
<b>Porto Real do Colégio</b>	KaririXocó	KaririXocó
<b>Inhapi</b>	Koiupanká	Koiupanká
<b>Pariconha</b>	Jiripancó	Jiripancó
<b>Joaquim Gomes</b>	Wassu Cocal	Wassu Cocal

Fonte: Secretaria do PROLIND-AL.

O Curso de Licenciatura Indígena teve início em 05 de fevereiro 2010, concluindo as suas atividades no primeiro semestre de 2015. Cada curso ofertado dentro do Programa teve, portanto, duração de quase 05 (cinco) anos, sendo 2.100 horas de Estudos Intensivos – tempo escola-, com disciplinas da matriz curricular, ministradas às sextas-feiras e aos sábados, no Campus III da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, em Palmeira dos Índios-Alagoas;

A iniciativa do Projeto de licenciatura para indígenas em Alagoas partiu de um ofício da GEEIND à UNEAL e ao CEE solicitando um representante das instituições para participação no FEPEEIND. A UNEAL envia o nome da Professora Iraci Nobre da Silva, atual coordenadora do PROLIN-AL e o CEE envia o nome da Professora Mary Selma Ramalho de Oliveira, atual vice coordenadora do PROLIN-AL. Uma vez que as referidas professoras já desenvolviam projetos relacionados aos povos indígenas de Alagoas, aceitaram o desafio, em resposta ao edital mencionado e enviaram o projeto, que ora se apresenta em processo de conclusão.

A relevância de um projeto de nível superior reside em atender a indígenas estigmatizados pelo preconceituoso que subestima a capacidade de estudantes indígenas. O direito à educação já estava garantido pela Constituição Federal de 1988

e posteriormente pela LDB Lei nº9394/96. Esse processo era necessário para qualificar a atuação de professores indígenas em suas escolas com mais segurança e fortalecer os laços de autonomia frente às imposições do estado. A iniciativa teve por base atender principalmente a demanda de professores indígenas que ainda não tinham uma graduação e atuavam nas escolas de suas comunidades, cuja formação carecia de aperfeiçoamento para nivelar-se a outros professores da rede de ensino do estado. Pois não há políticas públicas no estado que atendam a esta necessidade.

A princípio, para implantação do projeto, quatro cursos de licenciatura foram ofertados e pensados na perspectiva de alcançar o desejo de mudança dos professores indígenas de Alagoas e qualificá-los profissionalmente, possibilitando-lhes o ingresso e permanência na universidade. Fato que já era realidade de povos indígenas de outros estados onde as IESs já haviam submetido projetos aos editais 2005. A UNEAL é submetido ao projeto em resposta ao edital Nº3 - SECAD/ MEC, de 24 de junho de 2008, porém o curso só inicia em 05 de fevereiro de 2010.

## **INCENTIVO AO INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR**

O exemplo dessa luta histórica de grupos indígenas e aliados não índios são os programas de formação específica e intercultural indígena que se efetivaram no Brasil, com seu currículo diferenciado para atender as especificidades de cada povo.

O projeto PROLIND-AL foi aprovado em 12 de setembro de 2008 como pioneiro em Alagoas, oferecido pela UNEAL no campus III em Palmeira dos Índios-AL, localidade central para as etnias desse estado. Este programa possui caráter específico e diferenciado, que valorizam a interculturalidade, ressignificando a história do povo sob uma visão inovadora que objetiva alavancar o processo de mudança e inserção de estudantes indígenas na sociedade nacional por meio da universidade, espaço que se forma por pessoas que geram riquezas, encontradas na diversidade sociocultural dos povos, permeada pelo saber que na sua amplitude se manifesta e provoca os gestores das políticas públicas de educação a descobrirem iniciativas para incentivar estudantes oriundos de escolas públicas com diferentes origens ao ingresso no ensino superior.

## **EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E A FORMAÇÃO SUPERIOR: UMA BREVE TRAJETÓRIA**

A função social da escola seja ela indígena ou não, é sistematizar o saber acadêmico. Os professores, de um modo geral, são por excelência, os principais mediadores no processo de ensino aprendizagem. Neste sentido, embasado na LDB (Lei 9394/96) a formação superior tem profunda relação com a escola; instituição que dará suporte aos objetivos e metas a serem alcançados em um processo coletivo de ordem político-pedagógica. A responsabilidade conferidas aos professores indígenas pelas suas comunidades e pelo estado, bem como as exigências do mundo atual, exigem dos professores uma formação superior. O que proporcionará condições reflexivas para compreensão e superação dos obstáculos que surgirão no meio social, advindas de ações potencializadoras que serão necessárias para as transformações relacionadas à escola indígena e à universidade.

A respeito da trajetória da educação escolar indígena no Brasil, SILVA (1998) apresenta quatro fases, as quais demonstram o processo de conquista da autonomia e respeito às diferentes culturas, línguas, crenças e educação própria.

A primeira fase remonta o período de colonização em que a igreja católica reeducava e civilizava os indígenas para integrá-los à sociedade nacional.

A segunda, compreendida entre 1910 e 1967, foi marcada pela ação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI); política esta que se utilizava de estratégias convenientes aos seus interesses, mantendo os propósitos integracionistas da educação. Posteriormente com a mesma expectativa foi criada a Fundação Nacional de Assistência ao Índio (FUNAI) em 1967, responsabilizando-se pela educação escolar das séries iniciais nas comunidades indígenas; este órgão também visava a integração dos povos indígenas à sociedade nacional, mantendo os mesmos interesses políticos.

A terceira fase teve início na década de 1970, período dominado pela ditadura militar. Todavia, surgiam novos interesses com as iniciativas de ONGs e outras entidades que apoiavam o movimento indígena na luta por escolas que assegurassem seus modos próprios de educar.

A quarta fase teve início entre os anos de 1980 e 1990. Este período, na concepção de SILVA (1998) contempla a autogestão das escolas indígenas nas suas

comunidades. Caracterizada pela luta e superação de preconceitos, possibilitando ao índio o direito de protagonizar a sua própria história.

Com os direitos garantidos na Constituição Federal de 1988, o processo de educação começa a fluir com menos entraves, os Artigos 210 e 215 desta lei dão o suporte legal a esta conquista. Sustentado por bases legais, o processo de afirmação étnica e cultural reforça a construção de uma educação diferenciada, embasada em princípios de valores culturais que darão suporte à posteridade indígena nas suas respectivas comunidades no âmbito estadual. Após a Constituição com o apoio das leis subsequentes, professores indígenas começaram a participar de formações que davam impulso para a garantia do futuro das escolas indígenas que seriam gerenciadas pelos próprios índios.

Posteriormente com este processo de mudanças, as medidas legais que se consolidavam nos sistemas educacionais do país, trouxeram as questões que envolviam educação escolar indígena para a responsabilidade do estado que procedia por meio das secretarias estaduais de educação. A princípio, no âmbito do ensino médio, com tendência para promover mais tarde curso de formação específica em nível superior. O que requer do professor um certo conhecimento técnico- científico, adquirido ao longo da escolarização.

É imprescindível que o professor indígena tenha conhecimento sobre a história do seu povo, as tradições, os saberes naturais. O processo de aprendizagem do povo indígena depende da experiência, dedicação e convivência do professor com a comunidade. O que irá formar um forte vínculo de confiança frente à sociedade não índia, gerando autonomia para o exercício da cidadania, propiciando a manutenção da identidade do povo indígena. A inter-relação dos saberes naturais: saberes da terra, saberes do céu e saberes do mar aos saberes acadêmicos, torna-se necessária no processo de ensino e aprendizagem grupos, que irão aos poucos socializando e compartilhando conhecimentos significativos para a valorização e preservação da cultura desses povos. Nesta lógica, o respeito aos aspectos histórico-culturais devem estar atrelados ao processo de formação do professor, seja ele índio ou não. Estes aspectos irão favorecer para o desenvolvimento de competências e habilidades que servirão como alicerce de uma grande construção que dará sustentabilidade à sua descendência.



Entende-se assim, a necessidade da formação superior dos professores indígenas. As universidades brasileiras, apoiada pela Legislação, estreitaram laços que viabilizaram possibilidades de inserção das diferentes sociedades no ambiente do diálogo, plural de ideias e enriquecido pela interculturalidade dos grupos ali inseridos. É a escola dentro da universidade, adquirindo relevância política, entendendo este espaço como uma porta para apropriação e ampliação do conhecimento científico. Vê-se a universidade conectada aos valores humanos, às interfaces dos saberes acadêmicos para o encontro com o outro, com o diferente. Neste sentido, baseando-se nos pressupostos da história da educação indígena, verifica-se que a mudança de paradigmas no cenário educacional, está fundamentada nos resultados de lutas incansáveis no que concerne aos direitos dos povos indígenas para garantir a permanência da pluralidade étnica, visando ao exercício da cidadania e o direito à dignidade humana.

É importante ressaltar que a argumentação a respeito do novo cenário da educação de políticas públicas está vinculado à construção de novas formas de relacionamento com a sociedade brasileira e com o mundo. Nesta perspectiva, a formação superior para índios ainda é um dos principais desafios em nível de estado. Em meio aos entraves, o processo de formação sustentado pela legislação, atualmente ganha mais relevância, garantindo a participação de grupos indígenas em cursos específicos que funcionam como instrumentos de implementação da política nacional de educação indígena.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A necessidade de ampliar as discussões sobre a inserção de estudantes indígenas no contexto das IES, seja na esfera pública ou privada, torna-se cada vez mais urgente. Compreender a importância de considerar as propostas da diversidade étnica da nação brasileira pode se constituir num grande passo para viabilizar ações que possam ser consolidadas como instrumento para promover as propostas de desenvolvimento por meio da valorização dos conhecimentos tradicionais. As ações governamentais, apoiadas pelo Ministério da Educação, a exemplo do Programa de Licenciatura Intercultural Indígena, doravante, PROLIND sinalizam para novas possibilidades de mudanças, embora timidamente. É preciso compreender de que forma a educação superior indígena pode atuar como ferramenta de ajuste ao projeto de sociedade brasileira, instituída historicamente. Uma reflexão significativa sobre esta questão gera maiores expectativas das populações indígenas do estado de Alagoas. É válido entender a relevância de programas do porte do PROLIND, o que representa compromisso por parte das forças governamentais.

Com a análise da pesquisa sobre ensino superior para as populações indígena de Alagoas, fez-se necessário considerar os diferentes processos de incentivo e acesso desses povos à universidade; considerando viáveis os programas, projetos e ações dos governos federal e estadual em consonância com as políticas públicas de educação do país desde a sua formação histórica.

Após ter sintetizado o levantamento histórico do princípio da implantação do ensino superior no Brasil a partir de uma breve historicidade, vinculando-o à interculturalidade presente no contexto de educação dentro e fora das comunidades indígenas do estado, percebeu-se a relevância das lutas e reivindicações anteriores para consolidação das leis (Legislação Brasileira) dispostas na Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei 9394/96, que dão suporte as leis subsequentes, e estas, por sua vez, determinam normas para que o funcionamento das políticas públicas de educação possa ser executado por meio dos sistemas educacionais do país. Considerando o processo de luta para o ingresso de indígenas no ensino superior, foram discutidos as dificuldades para a concretização desse direito constitucional.

Tendo como base o contexto sobre ensino superior no Brasil, comprova-se que mesmo de maneira tímida, há uma mudança na história educacional do estado de Alagoas, no que se refere aos direitos de igualdade social dos indígenas no meio acadêmico. A partir desta trajetória, identificam-se avanços significativos, podendo-se constatar nas informações postas neste trabalho, pressupostos que favoreceram refletir sobre o processo das ações governamentais, a atenção às diversidades étnicas do estado, corroborando com o procedimento de reorganização política que garante às “minorias” o direito à igualdade e à diferença.

A partir da implementação de programas do porte do PROLIND possa ser concretizada em políticas públicas para uma educação específica e diferenciada. O que pode ser um dos instrumentos essenciais para (re)erguer as relações interculturais, baseadas no diálogo procedente da diversidade cultural existente no seio da sociedade nacional. Destaca-se aqui o compromisso da UNEAL com discussões no PROLIND-AL/CLIND-AL, com observações relevantes sobre o ingresso das diversidades étnicas no ensino superior, incentivos e possibilidades embasadas nas leis que democratizam as oportunidades de acesso às vagas de ensino superior no Brasil.

Por fim, entendendo que as lutas dos povos indígenas de Alagoas estejam incluídas na Legislação atual, há esperanças de que as ações governamentais sejam executadas em pé de igualdade e de maneira conveniente às necessidades apresentadas por estes povos. Por esta razão, deve-se enfatizar e ampliar discussões a este respeito, valorizando as necessidades coletivas de construção histórica, distinguindo os objetivos formativos dos objetivos de educação escolar, vinculando este último à construção de um novo projeto de sociedade, onde a formação de novas gerações devem garantir outras dimensões, cultivando experiências e vivências dos ancestrais, contribuindo, dessa maneira, para o fortalecimento das lutas e participação em políticas públicas (estados e municípios) que venham beneficiar a população.

Acredita-se, portanto, que por meio das lutas dos povos indígenas, seja possível avançar e melhorar o quadro da educação superior indígena no âmbito nacional e, ao mesmo tempo criar possibilidades que venham salvaguardar a expressão da identidade indígena em Alagoas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**BRASIL**, Ministério da Educação. Referenciais para a Formação de Professores Indígenas, MEC/SECAD, Brasília: 2 ed. 2005.

\_\_\_\_\_Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental, Programa Parâmetros em Ação, Educação Escolar Indígena, Org. Luís Donizete Benzi Grupioni. Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_Formação de Professores Indígenas. Repensando Trajetórias. Org. Luís Donizete Benzi Grupioni. MEC/ SECAD, Brasília, 2006.

Diversidade cultural: universidade e Etnias Negra e Indígena em Alagoas. Orgs. Eliane Bezerra da Silva, Janaina Cardoso de Mello. Editora Universitária da UFPB. João Pessoa, 2009.

Olhares Indígenas Contemporâneos. Orgs. Gersem José dos Santos Luciano, Jô Cardoso Oliveira, Maria Barroso Hoffmann. CINEP, 1 ed. Brasília, 2010.

Revista: Presença Pedagógica. Set./ Out. V.18/ N. 107, editora Dimensão, ano 2012.

\_\_\_\_\_Presença Pedagógica. Nov./ Dez. V.18/ N. 108, editora Dimensão, ano 2012.

Referencial Curricular nacional para as escolas indígenas/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Ensino Fundamental- Brasília: MEC/SEF, 1998.

Educação Intercultural e Cotidiano Escolar: construindo caminho. **Multiculturalismo e Educação: uma aproximação**. Capítulo 2. Universidade Católica do Rio de Janeiro-PUC, 1998-2000. Disponível em:

< [http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0114315\\_03\\_cap\\_02.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0114315_03_cap_02.pdf)>